

ENTREVISTA COM CLAUS GERMER

Entrevista concedida a Guilherme CARVALHO¹ e Joyce ANSELMO²
Curitiba, 18 set. 2009.

O professor Claus Magno Germer é associado do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná, Nascido em Blumenau, Santa Catarina, no ano de 1943, estudou agronomia no Rio de Janeiro. Participou de centros de debate das chamadas reformas de base do governo João Goulart. A partir de 1964 aprofundou-se no debate sobre a questão agrária no Brasil e iniciou mestrado, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

Depois de mudar-se para Curitiba, nos anos 1970, e diante da efervescência de movimentos ligados à terra, na região sul, atrelou-se ainda mais ao tema como assessor dos movimentos e como pesquisador. Em 1982 tornou-se secretário da agricultura do estado do Paraná, onde permaneceu por três anos. Mais tarde fez doutorado na Unicamp, na área de Teoria Econômica, tendo defendido tese em 1995, aprofundando-se na teoria de Marx.

Pesquisador: O senhor participou de um grupo de estudos na USP, a Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, a chamada Liga Agrária, na década de 1970, do qual a professora Leila Stein também participou?

Claus Germer: Eu participei, a Leila também participava. Eram pessoas, acho que todas, fazendo mestrado sobre alguma coisa relacionada com questão agrária, da USP. Tinham pessoas do Rio de Janeiro, da Unicamp, eu, da Esalq e, devem ter tido pessoas de outros lugares, Belo Horizonte. Foi um grupo muito interessante. A gente se reunia para discutir as dissertações de cada um, os temas gerais da questão agrária.

P: Como era para vocês fazer um debate como esse, uma questão do ponto de vista social delicada, em um período de pouca liberdade, pouco espaço, governo militar, enfim?

CG: Esse grupo era militante anti-ditadura também. Aí a barra era pesada, mas essa atividade era acadêmica. As reuniões nunca foram na Esalq, onde houve, exatamente no ano em que eu estava fazendo o mestrado, uma repressão policial. Começou no período em que eu estava lá, logo no ano seguinte, se eu não me engano. Houveram umas duas ou três demissões de professores considerados de esquerda. Até mesmo, naquela época, falar em Marx era difícil, mais nesse caso, nessa atividade, eu não me lembro de ter havido problemas especificamente nessas reuniões. Talvez alguns dos outros integrantes do grupo tivessem problemas nos seus locais, mas eu também fazia isso como iniciativa pessoal. A gente se reunia em um espaço dentro da própria USP, em São Paulo. Eu participava no tempo em que já estava morando aqui em Curitiba, porque antes de defender a dissertação de mestrado eu vim para cá e a gente continuava se reunindo. Havia esta restrição geral, eu fiz uma dissertação lá na Esalq orientado pelo Rodolfo Hoffman sobre um tema que eu dei um enfoque marxista, mas eu tive que citar o Weber para definir coisas que pareciam mais do Marx, porque era meio

¹ Responsável pela elaboração de perguntas. Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo, Brasil. CEP 14.800-901. Bolsista Capes. E-mail: guilhermegdecarvalho@hotmail.com.

² Responsável pela transcrição da gravação. Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Araraquara, São Paulo, Brasil. CEP 14.800-901. Bolsista CNPQ. E-mail: joyceanlsemo2006@hotmail.com.

complicado citar o Marx. Não havia nenhuma disciplina que dissesse respeito ao Marx que eu me lembre.

P: Como podemos definir reforma agrária, a reforma agrária de fato?

CG: Eu me lembro que no período anterior, no tempo do Jango, antes do golpe militar de 1964, haviam centenas de projetos de reforma agrária, que iam desde educação no meio rural, assistência saúde, crédito rural; eram projetos que se encaminhavam para o Congresso, tentando transformar em lei, mas como a reforma agrária era uma bandeira do próprio governo, com grande respaldo social, a pessoa coloca que seu projeto faz parte de intenções de reforma agrária. O que a reforma agrária sempre significou foi uma pretensão de redistribuir a terra principalmente, a intenção de que os grandes proprietários sejam desapropriados e a terra seja distribuída para os trabalhadores rurais.

P: Em sua opinião, dividir terra ou distribuir terra não acaba aí, não é o fim. Porque não se consolida uma reforma agrária só distribuindo terra?

CG: Nos tivemos no Brasil, em minha opinião, em período recente, depois da Segunda Guerra Mundial, dois grandes movimentos de reforma agrária: primeiro que terminou com o golpe militar de 1964 e o segundo que está em curso atualmente. Naquela época a transformação da estrutura agrária se era reivindicada por uma coisa que podemos chamar de pequena e média burguesia no meio rural em expansão e ascensão, que se chocava com a estrutura institucional toda do Brasil, voltada para o atendimento dos grandes proprietários de terra produtores de produtos tradicionais de exportação, café, algodão, cana-de-açúcar. Vemos essa oposição de interesses com bastante clareza; naquela época a reforma agrária era uma reivindicação de tipo burguês, no sentido não digo de estabelecer o capitalismo no campo, porque ela já estava, mas atualizar uma grande disputa entre dois segmentos da burguesia agrária, a grande burguesia tradicional e a pequena e média burguesia em ascensão. O problema agrário, ou a política agrícola da ditadura militar, foi uma política destinada a fazer uma reformulação da agricultura no sentido de abrir espaço para essa pequena e média burguesia em ascensão da época, mais propriamente para reformular estrutura de produção e composição da produção, etc; os eixos principais de desenvolvimento da produção agrícola, mais principalmente pela via da modernização da grande propriedade tradicional anterior. Com isso, a ditadura militar fez o que o movimento de reforma agrária anterior pretendia, que era expandir o capitalismo no campo, mas não representando as classes do período anterior, as pequenas e médias burguesias agrária, mas representando a grande burguesia agrária e permitindo que ela se reajustasse e abandonasse o café, o algodão, a cana-de-açúcar e entrasse nas novas áreas, chamadas naquela época de novas, por exemplo, o grão, a soja, o milho, laranja, em São Paulo, depois a cana-de-açúcar para o álcool, e tal.

A partir de 1975, quando os movimentos agrários recomeçam e dão origem a esse novo surto de luta pela reforma agrária, em minha opinião, essa luta tem um caráter diferente. Ela já não é uma tentativa de estabelecer o capitalismo, porque o capitalismo já está estabelecido. Alguns autores dizem, inclusive os que defenderam a reforma agrária anteriormente, que por isso a reforma agrária perdeu o sentido, o que significa que eles só pensam na reforma agrária como uma reforma agrária burguesa, representando pretensões da burguesia, ignorando completamente a existência do proletariado e de uma camada semi-proletária no meio rural composta da maioria daquilo que se chama produtores agrícolas. Um livro em que tem um artigo meu daquela época, em que eu procuro fazer um esquema da estrutura de classes no meio rural e procuro mostrar que mais de 50% do que se chama de produtores agrícolas nas

estatísticas do senso, são na verdade semi-assalariados. O que esse movimento de reforma agrária representa a partir de 1975 representa, na realidade, uma mistura de reação da pequena burguesia agrária, ou de uma parte dos pequenos produtores agrícolas que começaram a ser expulsos pela concorrência dos grandes no próprio esquema de desenvolvimento uma produção capitalista empresarial na agricultura, daí entra em ação a concorrência e os pequenos acabam derrotados. Houve um grande movimento de reação dessa pequena burguesia agrária que em grande parte alimentou o radicalismo de lutas pela terra, como o próprio MST, mas a grande massa das pessoas que participou foram as semi-assalariadas rurais. A pretensão deles não era tanto se estabelecer como pequenos agricultores independentes, mas mudar a estrutura da sociedade, tanto que nas formulações iniciais do MST está assim, “a reforma agrária que nós pretendemos não pode se realizar no capitalismo”.

Eu não acho que deve redistribuir a terra, se nós pensarmos na expectativa futura que é o socialismo, e é por isso que eu estou falando do MST. Aparecem essas lutas agrárias dentro de um cenário de luta de classes do capitalismo avançado, que são assentados na oposição à burguesia/proletariado, embora isso não transpareça na superfície de imediato, mas é o que está na lógica do MST. Acontece que, ao longo do tempo – o MST já tem 25 anos – uma transformação interna no movimento, que é o seguinte: no início, naqueles anos 80, início dos anos 90, o MST tinha um caráter, digamos, revolucionário, mais claro, porque, o movimento representava principalmente uma grande massa de semi-assalariados que estavam em um processo de expansão do meio rural e que se reuniram sobre a bandeira do MST, fundaram acampamentos pelo Brasil afora, reivindicando terra. Na época o clima dos acampamentos era do tipo “estamos juntos, lado-a-lado, lutando por um ideal”. No acampamento o pessoal ficava naquelas lonas, uns do lado dos outros, enfrentando toda a oposição, reação dos latifundiários, do governo. A minha esquematização do MST é que o movimento tem dois pilares: um pilar revolucionário representado pelos acampamentos que era maioria no início.

Os assentamentos começaram bem devagar, mais foram crescendo em relação aos acampamentos e com isso começou a se tornar cada vez mais importante viabilizar economicamente os assentamentos, que eles produzissem. Mas, nos assentamentos, os “caras” que estavam juntos lado-a-lado, na solidariedade, na luta de classes, em comum, nos assentamentos eles se pulverizam, cada um vai para a sua terrinha. E é preciso demonstrar para a sociedade que esse negócio funciona, e não é essa a pretensão de reforma agrária do MST. Esses assentamentos não podem funcionar na maioria porque é uma distribuição de terra ruim, em lugares inóspitos, sem conexões comerciais, financeiras, sem política de governo de sustentação, etc. As energias dos dirigentes do MST foram sendo desviadas para isso, para tentar viabilizar os assentamentos e como a cabeça representa o que o resto do corpo faz, as atividades para viver, começou cada vez mais a adquirir predominância o pensamento do produtor de mercadorias, que tem que produzir coisas, tem que ter conhecimento do mercado, tem que viabilizar, etc., é o que chamo de pilar conservador, que vai aumentando. Eu tenho dito isso para o próprio pessoal do MST, quando gentilmente me convidam para entrevistas e tal, a gente tem que entender a lógica do movimento, o movimento como tal tem um lógica que representa sua estrutura interna, não tem ninguém lá diabolicamente se manejando de um lado para o outro, ele está dentro de uma relação de forças dentro de toda a sociedade. Então, a idéia da distribuição de terras, inclusive, em termos da propriedade familiar, que é a falsa representação da realidade da agricultura em qualquer parte do mundo, inclusive no Brasil, não nasceu no MST mais que o MST por muito tempo abraçou, é uma proposta reacionária mesmo, conservadora, porque não existe mais nenhuma possibilidade de existência de pequenos produtores independentes constituírem a

espinha dorsal de uma agricultura avançada. Uma reforma agrária real, no sentido de uma transformação social, para o socialismo, por exemplo, não se baseia em pequenos lotes independentes com tecnologia atrasada e tal. Se baseia na socialização das grandes estruturas do agronegócio, essa é que é a base de uma sociedade do futuro, que deixa de ser dominada pelos interesses particularistas das grandes empresas e passa a ser dividido pelo interesse da população como um todo.

P: O senhor é um crítico dessa ideia de agricultura familiar, voltada para o negócio e procura comprovar que ela é inviável, quer dizer, manter uma pequena propriedade nessas condições é impossível, porque existe um avanço do agronegócio sobre esses pequenos produtores, da própria cidade sobe o campo, que impede, inviabiliza esse tipo de atividade. E quanto às cooperativas, o que o senhor acha?

CG: As cooperativas são uma estrutura empresarial do capitalismo, isso é outra linha dessas fantasias que se elaboram para desviar os pobres das suas verdadeiras lutas, a economia solidária, na figura que o Paul Singer aponta. A economia solidária é uma fantasia do mesmo tipo, ela pretende através da cooperação tornar-se possível uma transição social. O cooperativismo de fato representou historicamente um fenômeno que aponta para o futuro, só que o cooperativismo como principal bandeira dos trabalhadores é uma coisa da primeira fase infantil do movimento operário da primeira parte do século XIX.

O próprio Marx chamou a atenção para a importância das cooperativas, mas ele chamou atenção para um tipo de cooperativa que o Singer sequer cita que são as fábricas cooperativas. Eram fábricas naquela época, épocas de crise, que os operários ocupavam em geral porque elas começavam a entrar em crise, como acontece no Brasil em vários lugares. Não são ocupadas com o intuito de mudar a sociedade, mas com o intuito de salvar os salários, três, quatro, cinco, seis meses de salários atrasados, família passando fome, eles não estão com uma bandeira socialista, é uma reação defensiva. Então, a ideia de economia solidária já foi ultrapassada após a primeira fase do movimento dos trabalhadores, a partir de então o cooperativismo foi incorporado pelo sistema capitalista como uma das formas de organização das empresas pequenas e médias, as cooperativas que a gente conhece são, na maior parte, cooperativas de serviços, por exemplo. A agricultura, que são as grandes, são cooperativas de comercialização. Cada um faz a sua produção capitalista individual, mas como na agricultura não há os grandes oligopólios, alguém por exemplo que produza 30% da produção de soja no Brasil, por maior que seja o “cara” ele produz uma “titica” da soja no total. Na comercialização diante da indústria, o capitalista agrícola é o capitalista industrial também, não tem nenhuma espoliação pela indústria. Inclusive a produção agrícola hoje é integrada em grandes grupos econômicos que atuam no comércio, na indústria, no banco e na agricultura. Na negociação com os compradores de matéria prima, por exemplo, milhares de produtores de soja vendem sua produção para uma grande empresa, o produtor individual, agrícola, tem condições desfavoráveis na negociação, então eles se juntam, formam uma cooperativa. Todo mundo leva a sua soja lá e vende em bloco para uma empresa, aí é uma grande empresa representante dos agricultores negociando com uma grande empresa monolítica do setor manufatureiro.

Cooperativa que sobrevive é cooperativa de rico, cooperativa de pobre pode começar mais ou menos, engatinha e acaba morrendo se ela não se converter numa empresa. É a história de todas as cooperativas agrícolas que nasceram depois dos anos 70, montadas na soja, no trigo, por exemplo. Aqui, no Sul do Brasil, existem várias, algumas delas o manifesto de fundação parece um manifesto revolucionário, e hoje são grandes empresas industriais comerciais, agrícolas. O equívoco dessa ideia do cooperativismo, é até uma coisa irônica, porque eles

retomam uma tese do movimento operário quando o movimento operário está na infância, está nos seus primeiros começos, depois disso o movimento operário abandonou essa ilusão porque percebeu que para conseguir sobreviver o trabalhador, pequeno agricultor em processo de empobrecimento, a sociedade tem que mudar, na sociedade capitalista não tem futuro, e a condição essencial para a mudança é o poder político, significa o poder de Estado, é preciso tirar do poder se quiser mudar a sociedade mesmo, a classe que representa o interesse dominante no capitalismo, que é a classe capitalista, a burguesia e tal, então essa é a questão central. O movimento operário começou com essas ideias do cooperativismo, inclusive também ao mesmo tempo de sindicalismo, houve muitas ilusões no sindicalismo, o sindicalismo e o cooperativismo foram incorporados ao Estado, são ambos hoje instituições de regulação econômica do Estado. A CUT, por exemplo, Força Sindical, são instituições do Estado.

P: Podemos dizer que este processo de exclusão do homem do campo e exclusão social, também, que os sindicatos não conseguiram absorver esse contingente? E pelo fato de movimentos como o MST e outros movimentos ligados a terra serem menos “engessados” do que os sindicatos, digamos assim, pela legislação e pelo controle que o Estado submete a esses sindicatos, talvez por isso esses movimentos tenham tido maior audiência entre os trabalhadores rurais ao se constituir movimentos como o MST, os movimentos de luta pela reforma agrária?

CG: Em certa medida sim. É uma coisa interessante observar que o MST teve certa funcionalidade para o sistema, estou dizendo isso como um simpatizante e apoiador do MST, no seguinte sentido: em primeiro lugar eu acho que o sindicalismo, por exemplo, assim como os partidos acabaram incorporados a esse vínculo institucional, porque no século XIX os partidos começaram a existir, os socialistas quase tomaram o poder eleitoralmente. Antes de 1914, na Primeira Guerra Mundial, na Alemanha, o Partido Social Democrata, que depois se transformaram em partidos comunistas, quase teve maioria eleitoral e o próprio Engels num certo momento ele achou que era possível mudar. Com isso, aos poucos, os próprios partidos foram engessados numa estrutura jurídica que impede que eles saiam do próprio sistema, que torna ilegal qualquer atividade partidária que vá contra o sistema, o capitalismo em si. Com o sindicalismo aconteceu a mesma coisa.

O sindicalismo é uma estrutura engessada, dificilmente consegue ter uma atuação contra o Estado. O MST não tendo estas limitações é um condicionante da expansão que ele teve, mas tem que ver o lado fundamental. A partir de 1981, se não me engano, o Brasil entrou em uma crise econômica especificamente industrial muito grande. As cidades que até então eram pólos de atração de povos do campo – porque os povos saem do campo não só expulsos, eles saem também fugindo da miséria, a exploração no meio rural brasileiro sempre foi uma coisa repelente, como continua sendo até hoje – então, eles fugiam para as cidades também em certo sentido, mas foram expulsos ao longo do tempo pelo desenvolvimento da estrutura produtiva, mecanização, novas tecnologias que expulsaram o trabalhador. Por exemplo: a expansão da agropecuária que avançou em lugares de produções de trabalho intensivo.

A partir de 1981, com a crise no meio urbano, com a crise industrial que o Brasil teve, os fatores de atração de gente para o meio urbano acabaram, então acabaram criando, no Brasil, um termo de represamento da força de trabalho. Tem gente sendo expulsa de lá que quer ir para a cidade, mas na cidade não tem espaço, então começaram a se represar. O MST surgiu como uma expressão desse represamento. Eles não tinha alternativa na cidade, não tinham alternativa no campo, mas se tivessem terra poderiam viver, e o MST foi essa grande

bandeira, com muito apoio de empresa, de muitos sindicatos, inclusive da estrutura oficial e tudo.

P: Tem uns dados que o senhor apresentou em uma revista de 2008, alguns dados sobre a tendência de concentração de terra na mão de grandes latifundiários e, em consequência, uma redução do trabalhador rural no campo, dados de 1985 a 1996. Olhando agora a questão do governo Lula, esses dados reduzem ou continuam. A tendência se mantém?

CG: Não é uma questão de governo Lula. É o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Enfim, o capitalismo na agricultura é o mesmo capitalismo da cidade. Não tem diferença. O principal instrumento de concorrência é o desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de baratear o produto, baixar custo. Com a mecanização, inevitavelmente se reduz emprego, e tem uma diferença da agricultura com o setor não agrícola; no setor não agrícola o nível de emprego diminui relativamente ao capital investido, mas aumenta em números absolutos, você tem mais trabalhadores trabalhando ao longo do tempo. Embora a proporção do emprego em relação ao investimento de capital seja cada vez menor, aumenta o nível de emprego, mas em termos relativos o trabalho vai perdendo em relação ao capital. Na agricultura não. O emprego baixa em termos absolutos, inevitavelmente.

Nos Estados Unidos qual é a proporção de força de trabalho que está ocupada na agricultura? Parece que o maior país agrícola do mundo deve ter o meio nível de consumo *per capita*. Produzem para vários países do mundo e ainda pagam regularmente para uma parte dos produtores não produzirem para não dar superprodução. Um país gigantesco, com uma agricultura gigantesca como essa, qual é a proporção de trabalhadores na força de trabalho total na agricultura? Um por cento, mais ou menos.

Em meu artigo sobre agricultura familiar – naquela época eu fiz uma conta – tinham acho que vinte milhões de trabalhadores na agricultura brasileira, eram 23%. Eu fiz uma conta: vamos supor que a força de trabalho na agricultura brasileira não caia para um, dois por cento, caia para cinco por cento, que é um número otimista. Então, daquela época para essa situação de cinco por cento, mantida a população do mesmo tamanho, 16 milhões de pessoas tinham que sair do meio rural, pelo que eu me lembro, em uma perspectiva otimista. Por isso o título do artigo é, “Irrelevância da Agricultura Familiar como meio de absorver força de trabalho”. É uma burrice o que o pessoal da agricultura familiar faz. Eles usam os Estados Unidos como grande exemplo, como o grande exemplo da agricultura familiar, mas não dizem que tem 1% da força de trabalho lá, e que um agricultor familiar de hoje engoliu mais ou menos uns cinquenta, em média. São os agricultores familiares contra os agricultores familiares, qual é a graça? Capitalismo é assim, isso é capitalismo; os capitalistas engolem uns aos outros na concorrência.

P: Mas nesse sentido, a tendência, em sua opinião, é esse trabalhador assalariado rural desaparecer, se falarmos de avanço do agronegócio?

CG: Inclusive, nossa estatística de trabalhadores no meio rural soa bem defeituosa, pois, lá você vê: todo o pessoal ocupado está nos pequenos agricultores. O “cara” do censo vai lá, aí diz, “aqui todo mundo trabalha, pai, mãe, avô, avó, bisavô”, cada um faz uma “títica”, mas não é força de trabalho efetivamente ativa. A camada de grandes produtores, que é majoritária, tem a maior parte da produção, tem em geral o trabalho assalariado que é uma proporção pequena desse negócio que se chama de pessoal ocupado. É a mesma coisa que se chamasse de pessoal ocupado a família toda de um trabalhador urbano, operário, porque a mulher dele também lava roupa em casa, faz comida. Então, essa estatística é muito defeituosa.

Hoje, no Brasil, depois da onda de atualização do capitalismo agrícola, a partir dos anos de 1970, houve, em primeiro lugar, um grande aumento do assalariamento, que são os bóias-frias, substituindo o trabalhador semi-assalariado, no meio rural anterior. Depois disso, esse pessoal foi absorvido pelo meio urbano, a estrutura foi mais ou menos se assentando, então, o assalariado começou a diminuir por causa da intensificação da mecanização. Tem gente que usa esse argumento idiotamente dizendo que o trabalho assalariado está diminuindo devido ao aumento da agricultura familiar, mas não está. É a tendência normal do desenvolvimento tecnológico do capitalismo. O assalariamento teve esse crescimento, mas a partir do momento que essa estrutura foi se sedimentando com a expansão e generalização da mecanização, o emprego assalariado também vai diminuindo.

A perspectiva da agricultura brasileira é a mesma da agricultura americana, européia, um por cento, dois por cento. O eixo principal da agricultura brasileira é o assalariamento, o trabalhador é assalariado. É verdade que tem aqui no Brasil aquilo que se chama do tal do *farmer*, que é o ídolo do agricultor familiar nos Estados Unidos. Isso é uma inauguração defensiva do próprio sistema, elaboração defensiva da burguesia, porque eles não podem deixar o campo se despovoar. Se as unidades de produção na agricultura crescerem muito em tamanho, baseadas no trabalho assalariado, a proporção numérica entre proletariado e burguesia no meio rural será gigantesca. Por isso que existe nos países desenvolvidos toda uma política de proteção dessa produção de pequena escala e produção de ideologias justificadoras, que glorificam o pequeno agricultor. Só que o pequeno agricultor é altamente capitalizado, por exemplo, nos Estados Unidos. Em muitos estados é proibido ter mais que mil hectares de terra, as sociedades anônimas não podem operar na agricultura, as sociedades anônimas geram enormes concentrações.

P: Sobrevivem com as políticas de crédito favoráveis, subsidiáveis?

CG: Na Europa esse subsídio de crédito é necessário porque, não é só de créditos, políticas de preço também. O “cara” produz uma tonelada de trigo por mil dólares e no mercado internacional são duzentos dólares. O governo compra dele por mil e vende por duzentos, daí dá esses duzentos ou trezentos milhões de dólares de subsídios anuais. Agora, qual é a questão aí? A questão são duas: primeiro, eles não são burros. A questão é que a produção agrícola na Europa, exceto laticínios, não consegue competir com a agricultura dos Estados Unidos, da Austrália, mesmo do Brasil, da Argentina, esses países com fronteiras agrícolas importantes, áreas mecanizadas. Então, se deixar as coisas na concorrência normal a Europa fica sem agricultura básica e se ficar sem agricultura básica fica nas mãos dos Estados Unidos. Eles não querem em negociações importantes de interesses comerciais, muitas vezes militares e estratégicos, não querem ser obrigados a fazer concessões porque vem um representante dos Estados Unidos e fala: “olha pessoal, se vocês não concordarem com isso amanhã não mandamos soja para cá”. Eles sustentam uma produção anti-econômica por um motivo de segurança estratégica diante dos concorrentes. Em segundo lugar, porque a burguesia europeia levou uma lição. O chamado campesinato, a pequena burguesia rural, ela foi sustentada por governos conservadores no século XIX, sustentáculo político contra as esquerdas.

Na Primeira Guerra Mundial esse pessoal não aguentou mais. Foram servir de “bucha-de-canhão” na Guerra, começaram a sofrer concorrência da produção mais barata dos Estados Unidos, principalmente, da Nova Zelândia também, começaram a se aliar com os partidos de esquerda, revolucionários. Quem derrotou o capitalismo na União Soviética, na crise? O proletariado era minoria, foi o chamado campesinato, embora não é como o pessoal pensa. Pequenos agricultores familiares, a maior parte já era semi-assalariado.

O Lênin chamava de proletários com dote, mais eram trabalhadores do meio rural. Ai que começam as políticas de proteção do pequeno agricultor, porque estavam começando, esses pequenos agricultores, a se voltarem para os partidos de esquerda, para se aliarem com os trabalhadores das cidades, o proletariado. Começou essa coisa estratégica: o que a gente faz para não perder o meio rural? Se no meio rural deixasse funcionar as leis do capitalismo do mesmo modo, vai ter um capitalista aqui rodeado de um mar de trabalhadores assalariados. Na hora do “vamos ver” onde o “cara” vai pedir socorro? Agora, se tiver outro pequeno, médio agricultor assistido pelo governo, com um grau de mecanização razoável, ele próprio trabalhando, embalado por uma ideologia de glorificação, então assim você não tem oposição.

P: Sobre o governo Lula, podemos apontar alguma diferença em relação aos governos anteriores na política de reforma agrária?

CG: Eu acho que é pior que os anteriores, porque deveria ser melhor e continuou praticamente igual. O PT foi, na medida em que foi se aprofundando no processo eleitoral, sofreu a mesma coisa que os partidos de esquerda, revolucionários, na Europa, por exemplo, no século XX sofreram. Tem o termo na literatura sobre isso, que é um processo de **desdesideologização**, de integração ao sistema. Quando o PT chegou ao Estado burguês este já tinha chegado ao PT. Tem uma frase logo depois da eleição do partido que eu acho fantástica, diz: “não foi o PT que tomou o poder, foi o poder que tomou o PT”. Então, o PT já estava derrotado no sentido original, trabalhadores com projeto de superação. O PT nunca foi realmente socialista.

O Lula próprio hoje em dia confessa que nunca foi socialista. Isso é muito claro desde a campanha de 1989, porque na elaboração do programa de governo do PT já havia concessões a diversos setores da burguesia, do governo, então, foi absorvido. Hoje é um partido burguês como qualquer outro, burguês no sentido sociológico, político, representante da classe capitalista. A política econômica do Lula é a mesma que a anterior, não tem diferença nenhuma substancial, inclusive a “Carta aos Brasileiros” dele foi uma carta à burguesia, não só à burguesia brasileira, mas à burguesia mundial, especialmente a dos Estados Unidos. Os emissários do PT foram lá, garantiram pequena mudança substancial, nomeou para o Banco Central um representante da banca internacional, que é o Meirelles, mas perdeu todas as garantias, tanto que cumpriu. Na questão agrária é pior, porque deveria ser melhor?

P: O senhor não se preocupa em ser taxado de pessimista, por ter essa crítica?

CG: Eu sou otimista. Pessimista eu seria se achasse que não tem saída para desse capitalismo. São todos esses que ficam tentando encontrar soluções fantasiosas dentro do capitalismo, esses são pessimistas. Quem acha que não existe alternativa no mundo a não ser o capitalismo? Eu sou otimista. O futuro é o socialismo, está escrito dentro do próprio capitalismo. Este está sendo comido por dentro como acontece com todas as tradições. Não estou fazendo uma profecia, não.

A hipótese marxista, do materialista é que os modos de produção vigentes, as formas das sociedades existentes, vão dar origem, aos poucos, pelo seu próprio desenvolvimento, a embriões de uma nova sociedade, e os embriões do socialismo estão no capitalismo. O principal é o seguinte – dizia Marx – ele não propôs a socialização dos meios de produção. O capitalismo promove a expropriação dos meios de produção para todo mundo. Hoje a burguesia é dois e pouco por cento da população. Significa que tem quase 98% da população expropriada dos meios de produção e essa pequena minoria é uma minoria parasitária de fato. Não custa nada tirar essa minoria e colocar essa estrutura de meios de produção para funcionar em nome da sociedade, tecnicamente falando, seria a melhor solução. Custa porque

essa pequena minoria possui todos os recursos de exercício de poder. Então, sou extremamente otimista porque estamos indo para lá. Este é o futuro do capitalismo. Agora, não iremos com agricultura familiar, economia solidária, essa bobagem toda como também não irá rezando para Deus.